

## **ANALFABETISMO FUNCIONAL: A epidemia silenciosa que afeta milhões de brasileiros**

AZEVEDO, Paulo Cezar Oliveira de<sup>1</sup>  
MARINHO, Alcemir Rodrigues<sup>2</sup>

**RESUMO:** O analfabetismo funcional é um desafio estrutural que afeta milhões de brasileiros, limitando suas capacidades de compreensão, interpretação e intervenção no mundo. Este estudo tem como objetivo discutir as causas, consequências e possíveis caminhos para superação desse problema, com foco no papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, analisando obras de autores como Paulo Freire, Magda Soares e Emília Ferreiro, além de documentos oficiais como a BNCC e a LDB. Os resultados indicam que, embora o Brasil tenha avançado em termos de acesso à educação, a qualidade do ensino e a formação de leitores e escritores proficientes ainda são desafios significativos. Observou-se que a superação do analfabetismo funcional exige uma abordagem que vá além da alfabetização básica, promovendo o letramento como prática social complexa e contextualizada. Conclui-se que a efetivação de políticas públicas consistentes, aliada à valorização dos professores e ao combate às desigualdades educacionais, é essencial para enfrentar esse problema. Os resultados apontam para a necessidade de uma educação que forme cidadãos críticos e autônomos, capazes de intervir na realidade de forma transformadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdades Sociais; Educação Básica; Formação Docente; Letramento; Políticas Públicas;

### **1. INTRODUÇÃO**

O analfabetismo funcional é uma das faces mais perversas da desigualdade social no Brasil, uma epidemia silenciosa que, embora não seja sempre visível, compromete o desenvolvimento humano, econômico e social de milhões de pessoas. Diferente do analfabetismo absoluto, que se caracteriza pela incapacidade de ler e escrever, o analfabetismo funcional atinge indivíduos que, embora reconheçam letras e palavras, não conseguem utilizar plenamente a leitura e a escrita para interpretar textos, resolver problemas

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Pedagogia, UFPB, Campus III, Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, pcoa@academico.ufpb.br

<sup>2</sup> Graduado em Licenciatura em pedagogia, Faculdade Três Maria e EESAP, Pós Graduando em Neuropsicopedagogia, Faculdade Três Maria e EESAP, professor da educação infantil e ensino fundamental anos iniciais no município de Pilõezinho-PB.

cotidianos, ou exercer sua cidadania de forma crítica e participativa. Essa condição, muitas vezes subestimada, é um obstáculo estrutural que limita oportunidades, perpetua ciclos de pobreza e exclui grande parte da população do acesso a direitos básicos, como educação, saúde e trabalho digno.

No Brasil, os índices de analfabetismo funcional são alarmantes. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de estudos como o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf), mais de 30% da população brasileira entre 15 e 64 anos é considerada analfabeta funcional. Isso significa que, embora consigam decodificar palavras e frases simples, essas pessoas têm dificuldades para compreender textos mais complexos, interpretar gráficos, fazer inferências ou realizar operações matemáticas básicas. Esse cenário reflete não apenas falhas no sistema educacional, mas também um problema social mais amplo, que envolve desigualdades históricas, falta de investimento em políticas públicas e uma cultura que, muitas vezes, não valoriza o conhecimento como ferramenta de transformação.

Este estudo tem como objetivo central discutir o analfabetismo funcional no contexto brasileiro, analisando suas causas, consequências e possíveis caminhos para sua superação. Para isso, serão explorados aspectos históricos, sociais e educacionais que contribuem para a perpetuação desse problema, com ênfase no papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na construção de uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, mas que forme cidadãos críticos, autônomos e capazes de intervir na realidade de forma significativa.

A BNCC, instituída em 2018, representa um avanço ao estabelecer competências e habilidades essenciais para a educação básica, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, como a falta de formação adequada dos professores, a carência de recursos nas escolas públicas e as desigualdades regionais que marcam o país. Já a LDB, desde sua promulgação em 1996, busca garantir uma educação de qualidade para todos, mas ainda esbarra em problemas estruturais, como o subfinanciamento da educação pública e a desvalorização dos profissionais da área.

Autores como Paulo Freire e Magda Soares serão referências fundamentais para embasar esta discussão. Freire (1996), em sua obra "Pedagogia da Autonomia", defende uma educação libertadora, que não se limite à técnica, mas que promova a conscientização e a transformação social. Para ele, a educação deve ser um ato político, capaz de despertar nos indivíduos a capacidade de ler o mundo e intervir nele. Soares (2004), por sua vez, em "Letramento: um tema em três gêneros", problematiza a visão reducionista do letramento,

destacando a necessidade de compreendê-lo como uma prática social complexa, que envolve não apenas a decodificação de textos, mas também a capacidade de usá-los em contextos reais.

Além disso, será discutido o papel da escola como espaço de formação integral, que deve ir além da alfabetização básica e promover o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a capacidade de argumentação. Nesse sentido, é fundamental repensar as práticas pedagógicas e curriculares, de modo a garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, tenham acesso a uma educação significativa e transformadora.

Este resumo expandido busca, portanto, refletir sobre o analfabetismo funcional como um problema multifacetado, que exige ações integradas e políticas públicas consistentes. A discussão proposta aqui não se limita à crítica, mas também aponta caminhos possíveis para enfrentar essa epidemia silenciosa, destacando a importância de investimentos na educação pública, na formação de professores e na valorização do conhecimento como ferramenta de emancipação.

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização deste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, pautada em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender o fenômeno do analfabetismo funcional no contexto brasileiro e suas interfaces com as políticas educacionais vigentes. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de analisar criticamente as bases teóricas e legais que fundamentam as práticas educacionais no país, bem como de refletir sobre os desafios e possibilidades de superação desse problema.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir da revisão de obras de autores brasileiros consagrados na área da educação, como Paulo Freire e Magda Soares, cujas contribuições são essenciais para discutir temas como alfabetização, letramento e formação crítica. Além disso, foram consultados artigos científicos, relatórios e estudos publicados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paulo Montenegro, responsável pelo Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf). Essas fontes permitiram contextualizar o problema do analfabetismo funcional no cenário nacional, trazendo dados atualizados e análises relevantes sobre o tema.

A pesquisa documental, por sua vez, concentrou-se na análise de dois documentos fundamentais para a educação brasileira: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A BNCC, instituída em 2018, foi examinada com foco em suas diretrizes para a alfabetização e o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras ao longo da educação básica. Já a LDB, promulgada em 1996, foi analisada em relação aos seus princípios e objetivos, especialmente no que diz respeito à garantia de uma educação de qualidade para todos e à formação integral dos estudantes.

Para a coleta e análise dos dados, foram utilizados como instrumentos a leitura crítica e a interpretação das fontes selecionadas, com o intuito de identificar convergências, divergências e lacunas nas políticas e práticas educacionais. A análise foi orientada por uma perspectiva crítica, que busca não apenas descrever o problema, mas também apontar caminhos para sua superação, considerando as especificidades do contexto brasileiro.

A escolha por uma metodologia que combina pesquisa bibliográfica e documental justifica-se pela necessidade de articular teoria e prática, dialogando com autores que refletem sobre os desafios da educação no Brasil e com documentos que orientam as políticas públicas na área. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla e contextualizada do analfabetismo funcional, destacando a importância de ações integradas e políticas consistentes para enfrentar esse problema.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos dados e reflexões construídas ao longo deste estudo evidenciam que o analfabetismo funcional é um problema complexo e multifacetado, que exige uma abordagem crítica e contextualizada para sua compreensão e superação. A partir da revisão bibliográfica e documental, foi possível identificar que, embora o Brasil tenha avançado em termos de acesso à educação nas últimas décadas, os desafios relacionados à qualidade do ensino e à formação de leitores e escritores proficientes ainda são significativos.

Um dos pontos centrais discutidos refere-se à distinção entre alfabetização e letramento, conceitos fundamentais para entender o analfabetismo funcional. De acordo com Magda Soares (2004), a alfabetização diz respeito ao domínio do código escrito, ou seja, à capacidade de decodificar letras e palavras. Já o letramento envolve o uso social da leitura e da escrita, em práticas que vão além da escola e que são essenciais para a participação plena na sociedade. Nesse sentido, o analfabetismo funcional pode ser entendido como uma falha no processo de letramento, em que os indivíduos, mesmo alfabetizados, não desenvolvem as habilidades necessárias para utilizar a língua escrita de forma autônoma e crítica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um avanço ao reconhecer a importância do letramento como eixo estruturante da educação básica. O documento propõe uma abordagem integrada, em que a leitura e a escrita são trabalhadas de forma contextualizada, articuladas com outras áreas do conhecimento e com as experiências dos estudantes. No entanto, a implementação dessas diretrizes esbarra em desafios como a falta de formação adequada dos professores, a carência de recursos pedagógicos e as desigualdades socioeconômicas que afetam as escolas públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, estabelece como um dos princípios da educação brasileira a garantia de padrões de qualidade, o que inclui a formação de cidadãos capazes de compreender e intervir na realidade de forma crítica. No entanto, como aponta Paulo Freire (1996), a educação não pode se limitar à transmissão de conteúdos; ela deve ser um ato político, que promova a autonomia e a conscientização dos sujeitos. Nesse sentido, o combate ao analfabetismo funcional exige não apenas políticas públicas eficazes, mas também uma mudança de paradigma na forma como a escola concebe o processo de ensino e aprendizagem.

Emilia Ferreiro, em seus estudos sobre a psicogênese da língua escrita, contribui de forma significativa para essa discussão. A autora demonstra que a aquisição da escrita é um processo ativo, em que o aluno constrói hipóteses e reelabora conceitos a partir de suas interações com o mundo. Ferreiro (2001) critica a visão tradicional da alfabetização, que muitas vezes reduz o aprendizado à memorização de letras e sílabas, sem considerar o papel ativo do aluno na construção do conhecimento. Para ela, é fundamental que a escola reconheça e valorize os saberes prévios dos estudantes, criando condições para que eles avancem em suas hipóteses e se apropriem da escrita como ferramenta de expressão e transformação.

Os resultados desta pesquisa apontam, ainda, para a necessidade de investimentos na formação continuada de professores, de modo a capacitá-los para trabalhar com práticas de letramento que sejam significativas e contextualizadas. Além disso, é fundamental que as políticas públicas priorizem a redução das desigualdades educacionais, garantindo que todas as escolas, especialmente as localizadas em regiões mais vulneráveis, tenham acesso a recursos pedagógicos de qualidade e a condições adequadas de trabalho.

Em síntese, a superação do analfabetismo funcional exige uma ação conjunta e articulada, que envolva não apenas a escola, mas também a família, a comunidade e o poder público. Como destacam os autores discutidos ao longo deste estudo, a educação é um direito fundamental e uma ferramenta poderosa para a transformação social. Cabe a todos nós,

enquanto sociedade, assumir o compromisso de garantir que esse direito seja efetivado para todos, sem exceção.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir este estudo, percebe-se que o analfabetismo funcional é uma questão que vai além dos números e estatísticas; é um problema que afeta a vida de milhões de brasileiros, limitando suas oportunidades e perpetuando ciclos de exclusão social. A pesquisa realizada permitiu compreender que, embora o Brasil tenha avançado em termos de acesso à educação, a qualidade do ensino e a formação de cidadãos críticos e autônomos ainda são desafios que exigem ações urgentes e consistentes.

Os resultados obtidos reforçam a ideia de que o combate ao analfabetismo funcional não se resume à alfabetização básica, mas envolve um processo contínuo de letramento, que permita aos indivíduos utilizar a leitura e a escrita de forma significativa em diferentes contextos sociais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são documentos que apontam caminhos importantes nessa direção, ao defenderem uma educação integral e contextualizada. No entanto, como evidenciado, a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos como a falta de investimentos, a desvalorização dos professores e as desigualdades regionais, que acabam por comprometer sua efetividade.

Ao confrontar os resultados com os objetivos inicialmente propostos, fica claro que a superação do analfabetismo funcional exige uma mudança de paradigma na forma como a educação é concebida e praticada. Não basta garantir que os alunos aprendam a ler e escrever; é preciso que a escola promova o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a capacidade de argumentação e a resolução de problemas, preparando os estudantes para intervir na realidade de forma consciente e transformadora.

A contribuição de autores como Paulo Freire, Magda Soares e Emilia Ferreiro foi fundamental para embasar essa reflexão. Freire nos lembra que a educação deve ser um ato de libertação, que promova a autonomia e a conscientização dos sujeitos. Soares destaca a importância de superar a visão reducionista do letramento, entendendo-o como uma prática social complexa e multifacetada. Já Ferreiro, com seus estudos sobre a psicogênese da língua escrita, reforça a necessidade de uma abordagem que valorize o papel ativo do aluno na construção do conhecimento, reconhecendo e respeitando suas hipóteses e saberes prévios.

Em síntese, a superação do analfabetismo funcional é uma tarefa que exige o compromisso de todos: governos, escolas, professores, famílias e sociedade como um todo. É preciso investir na formação continuada de professores, garantir condições adequadas de trabalho e aprendizagem nas escolas públicas e promover políticas que reduzam as desigualdades educacionais. Além disso, é fundamental que a escola se reconheça como um espaço de formação integral, que vá além da transmissão de conteúdos e que promova o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida em sociedade.

Este estudo reforça a ideia de que a educação é um direito fundamental e um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O combate ao analfabetismo funcional não é uma tarefa fácil, mas é uma luta necessária e urgente, que deve envolver todos os setores da sociedade. Cabe a cada um de nós, enquanto cidadãos, educadores e gestores, assumir nossa parte nesse desafio, trabalhando juntos para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de transformar vidas e realidades.

## 5. AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio e contribuição de diversas fontes que foram essenciais para sua concretização. Agradeço ao professor orientador, cuja dedicação, orientação e contribuições valiosas foram fundamentais para o desenvolvimento e a organização desta pesquisa. À Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que serviram como pilares teóricos e documentais para a reflexão proposta. Aos autores das obras consultadas, como Paulo Freire, Magda Soares e Emília Ferreiro, meu reconhecimento pelas contribuições que enriqueceram o embasamento teórico deste estudo. Por fim, ao I CONAPE, cujas discussões e debates inspiraram a abordagem crítica e contextualizada aqui apresentada. A todos, meu sincero agradecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INAF. **Indicador de Analfabetismo Funcional**. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2022.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.